



A MILITÂNCIA DE ESQUERDA E A REPRESSÃO MILITAR EM MANAUS NA DÉCADA DE 70

Fabiano Santos de Souza - Graduado em Licenciatura Plena em História pela Universidade Nilton Lins. Mestrando do curso de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia - PGSCA/UFAM.

E-mail: fabiano.history@gmail.com

Hélio Dantas - Mestre em História (PPGH/UFAM). Professor Orientador – Universidade Nilton Lins.

E-mail: lathebios@gmail.com

Resumo

Este artigo analisa se havia efetivamente uma atuação os grupos de militância em Manaus e como se dava a repressão e censura imposta pela ditadura militar na cidade durante a década de 70. Tendo em vista a escassez de documentos oficiais da época, a metodologia utilizada foi a História Oral, baseada nas correntes historiográficas da “história vista de baixo”, utilizando um estudo de caso baseado na trajetória de Eliezer Favacho da Rocha que atuava como militante durante o período abordado. Pelas referidas análises, concluímos a existência de um sistema repressor atuante como nas demais capitais do país e uma militância organizada que combatia o autoritarismo do regime militar.

Palavras Chave: Militância, Repressão, Ditadura Militar.

Abstract

This article examines whether there was actually a performance groups of militancy in Manaus and how was the repression and censorship imposed by the military dictatorship in the city during the 1970s. Considering the lack of official documents of the time, the methodology used was oral history, based on chains historiographical of "history viewed from below", using a case study based on the trajectory of Eliezer Favacho da Rocha that acted as a militant during the period covered. By these analyzes, we conclude the existence of a system active repressor as in other capitals of the country and an organized militancy that battled the authoritarianism of the military regime.

Keywords: Militancy, Repression, Military Dictatorship.

INTRODUÇÃO*

Na década de 60 o Brasil passava por diversas crises políticas e econômicas que fez com que o então Presidente da República João Goulart assumisse uma postura reformista e progressista, com a tentativa de implantar uma série de reformas base que preocupava todos os setores conservadores, e até mesmo pretensões políticas do imperialismo norte americano e seu capitalismo em expansão.

O comunismo foi introduzido em vários países da América Latina, era uma preocupação da Direita brasileira e dos americanos que o Brasil não adotasse essa forma de governo. As medidas pretendidas pelo presidente João Goulart eram consideradas como subversivas e exaltavam uma política sindicalista tendo em vista toda a trajetória de esquerda do então governante.

A sociedade brasileira também demonizava o comunismo e não concordava com as reformas propostas pelo presidente Goulart. Esse posicionamento aparece bem explícito nas várias manifestações que antecedem o golpe militar em 64, um exemplo é a “Marcha da família com Deus pela Liberdade” ocorrida em 19 de março de 1964 na cidade de São Paulo, que enfatizavam valores tradicionais, católicos e anticomunistas. Toda essa gama de situações e tensões no governo brasileiro culminou com a invasão do Rio de Janeiro e a tomada do poder pelos militares em 1 de abril de 1964, sendo este fato aclamado por diversos setores da sociedade civil e grupos políticos de direita, que pregavam a erradicação das ideias comunistas subversivas, garantindo assim as normalidades legais e vida democrática.

Para legitimar a tomada do poder, os militares sob a alcunha do “Comando Supremo da Revolução” no comando do General Costa e Silva decretaram o Ato Institucional (AI-1) que cassava vários ex-presidentes e destituiu de seus cargos milhares de servidores públicos. O golpe dos militares atacou diretamente as organizações de esquerda dissolvendo instituições como a União Nacional dos Estudantes (UNE) e Central Geral dos Trabalhadores (CGT), deixando sob intervenção vários sindicatos.

A partir daí se instalou efetivamente a ditadura militar com uma série de Atos institucionais que acabou com a democracia no país. O congresso nacional foi fechado, dissolveram-se os partidos políticos restando apenas dois. Levou-se até a sociedade civil a justiça militar, julgando aqueles que eram contra o regime como criminosos políticos.

* Artigo utilizado como trabalho de conclusão no curso de Licenciatura Plena em História, da Universidade Nilton Lins, 2013.

Em 1968 os movimentos estudantis e intelectuais, promovidos por jornalistas, artistas, militantes de todas as esferas, sindicatos, que eram contrários à repressão e a ditadura militar, vinham se organizando e se tornando mais fortes. Isso levou o regime a adotar medidas cada vez mais rígidas com os que eram contra o governo, que pudessem levar alguma ameaça, ou aqueles que poderiam causar agitações sociais com atitudes ou ideologias subversivas.

O ápice da repressão militar foi o decreto do Ato institucional 5 (AI-5), em dezembro de 1968, que institucionalizava os métodos do governo para coibir e desarticular os grupos de militância que agiam contra o regime, principalmente o uso da tortura nos interrogatórios, a suspensão dos direitos políticos dos cidadãos, a censura a imprensa e as artes.

A pretensão desse artigo é analisar como se deu a relação entre a repressão desencadeada pelo regime militar e os movimentos de militância na cidade de Manaus durante a década de setenta, sendo que, a historiografia proveniente desse período da história do país enfatiza as ações ocorridas nas regiões sudeste, sul e centro-oeste, desconsiderando em muitos casos a atuação de movimentos contra o regime militar oriundos do norte do Brasil.

A construção desse artigo é pautada na análise de fontes orais, tendo como metodologia a entrevista estruturada, haja vista que devido à escassez de documentos referentes ao período e contexto abordados, a metodologia da História Oral é a que melhor se emprega para responder as problemáticas abordadas por esse trabalho.

Essa riqueza da História oral está evidentemente relacionada ao fato de ela permitir o conhecimento de experiências e modos de vida de diferentes grupos sociais. Nesse sentido, o pesquisador tem acesso a uma multiplicidade de “histórias dentro da história”, que, dependendo de seu alcance e dimensão, permitem alterar a “hierarquia de significações historiográficas”, no dizer da historiadora italiana Silvia Salvatici. (ALBERTI, 2005, p. 166)

Para isso será utilizado os relatos do jornalista Eliezer Favacho da Rocha, que foi militante na cidade de Manaus, na década de setenta, sendo também alvo da repressão empreendida pelo governo militar contra os grupos e organizações que buscavam na época enfraquecer o regime e proporcionar mudanças na então forma de governo do país, através do enfrentamento popular, com manifestações e atos públicos e qualquer outra forma que desafiasse o regime e estimulasse a sociedade a massificar a luta contra a repressão.



A MILITÂNCIA NA CIDADE DE MANAUS

Nos meados dos anos 60 movimentos estudantis eclodiram com força em todo o mundo. Impulsionados pela repressão militar, a dissolução da legitimidade dos movimentos estudantis, a violência desferida contra as instituições juvenis e universidades a partir de 1968 revoltas estudantis surgiam cada vez mais impactantes se opondo aos pressupostos estabelecidos pelo regime militar em várias capitais do Brasil, e em muitas cidades do interior, principalmente em São Paulo e Rio de Janeiro.

Os estudantes dos anos de 1970 viram seu espaço constantemente cerceado e vigiado, punidos por um radicalismo que não tinha sido o de sua geração e, ainda por cima – como os jovens de hoje –, foram acusados como alienados pela mesma sociedade que não lhes dava condições de ser um verdadeiro protagonista da vida política. (GROPPO, 2008, p.88)

Em Manaus, a luta contra o regime se assemelha ao restante do país. Segundo o relato analisado, a militância manauara se organizava em vários eixos: A militância estudantil com suas bases na atuação dos alunos secundaristas e universitários, a militância remanescente dos representantes do Partido Comunista do Brasil (PCB) no Amazonas, conhecido como Pcbão por agregar membros de outros partidos que foram extintos, e os sindicatos profissionais que atuavam na luta contra a ditadura. Dentre essas lideranças políticas militantes podemos destacar Amazonino Mendes, Omar Aziz, Eron Bezerra, Vanessa Graziotin, João Pedro, Félix Valois Coelho Júnior, Orlando Farias.

Os militantes manauaras não eram apenas estudantes e trabalhadores proletários, estavam inseridos e distribuídos na sociedade ocupando posições de prestígio como médicos, engenheiros, jornalistas, padres, o que dificultava a ação da repressão, haja a vista a posse de recursos e influências que estes detinham dentro da sociedade.

Essa militância se organizava e preparava suas investidas contra o governo através de reuniões e encontros sigilosos, devido à vigília constante das autoridades. Esses locais geralmente eram escolas devido a força da participação estudantil e o apoio de pessoas ligadas a educação; na sede dos sindicatos com muita cautela, pois estes eram visados com maior enfoque; na residência de pessoas que apoiavam a militância, sendo alguns destes lugares regiões periféricas afastadas do centro da cidade, e de difícil acesso por não possuírem infraestrutura de tráfego urbano.

...Às vezes nosso advogado, Félix Valois cedia uma casa, que era uma barbearia, ali na Ramos Ferreira¹, próximo a Joaquim Nabuco². Então nós

¹ Uma das principais vias da cidade de Manaus.

² *Idem*.



íamos pra lá, era uma barbearia, ninguém suspeitaria do entra e sai. Todo mundo entrava por dentro da barbearia, e tinha uma portinha que dava em um porão.... (ELIEZER FAVACHO DA ROCHA, militante, 2013)

As ações deliberadas pela militância manauara não se pautavam apenas na luta contra a opressão desencadeada pelo regime militar, mesmo que esse tenha sido o principal fator que impulsionou a organização de tais movimentos na capital amazonense. O início da década de 1970 foi marcado por uma “Ditadura sem máscaras” e por uma repressão muito mais forte do que estava sendo imposta pelo regime. O AI-5 sufocou as manobras dos militantes com “mãos de ferro” agora utilizando abertamente métodos de tortura e assassinatos. Isso enfraqueceu o movimento em todo país. A partir da segunda metade da década, os movimentos contra o regime começam a se organizar e ganhar força mais uma vez, isso reflete na militância manauara e nas suas reivindicações que abrangem questões como preço de passagem de ônibus, melhorias de serviços públicos, reivindicações salariais, qualidade na educação, dentre outros.

Esses atos e manifestações que ocorriam nas ruas e praças da cidade eram combatidos com violência pela polícia. As agressões proporcionadas pela polícia visavam dispersar os manifestantes, garantindo assim a ordem pública. Porém não existia nesse momento uma organização para agir frente a essas aglomerações de massa. A palavra de ordem era atacar os militantes para evacuar a área e efetuar prisões se fossem necessárias. O serviço de inteligência da polícia só trabalhava na desarticulação das bases organizadoras do movimento de militância.

A militância por sua vez também possuía sua inteligência, que pensavam em estratégias para cada vez melhor se articular na luta contra o regime.

A PARTICIPAÇÃO DA IMPRENSA NA MILITÂNCIA MANAUARA

A imprensa nacional possuía um papel muito importante dentro da sociedade brasileira. Apesar da censurada instaurada pelo regime governamental vigente, os veículos de comunicação eram considerados como um 4º poder dentro da sociedade. No Amazonas não era diferente, a imprensa local não realizava um jornalismo imparcial, o que levou a repressão e a censura a atuarem fortemente nos meios de comunicação em Manaus, principalmente os jornais.

Dentre os jornais que constituíam a imprensa amazonense na década de 70, o único que se posicionava como um jornal de esquerda era “A Notícia”. A redação desse



jornal era composta por vários membros de organizações contrárias ao regime e militantes que atuavam há muito em movimentos estudantis.

Na época, a Polícia Federal era responsável por analisar o conteúdo das manchetes que seriam publicadas pelo jornal. Nada deveria ser publicado sem a autorização prévia dos “sensores” do governo. No entanto, a demanda da redação do jornal era considerável para uma análise detalhada.

Com base nisso, a militância agia dentro do jornal, através de textos que continham em suas entrelinhas ideologias de esquerda e críticas ao regime militar, porém essas ideias não apareciam de forma explícita. Ainda sim, muitos jornalistas foram detidos na redação do jornal para averiguação de uma suposta participação nos movimentos de esquerda, conduta subversiva e disseminação de ideias comunistas. Alguns inquéritos foram instaurados causando repercussão até em nível nacional.

O diretor e o secretário de “A Notícia”, de Manaus, foram igualmente processados com base nessa lei³, por artigo de 18 de março de 1971, contendo críticas à decisão do Tribunal Superior Eleitoral, que havia anulado um ato do Tribunal Regional Eleitoral cassando, por corrupção, o mandato de cinco políticos do Amazonas. (BRASIL: NUNCA MAIS, 1985, p. 146)

O regime militar possuía a mentalidade pautada no autoritarismo e na hierarquia, essas leis eram o instrumento para tornar as autoridades inquestionáveis. A imprensa amazonense foi cerceada do direito de informação e postura crítica diante dos fatos relatados. A imprensa manauara foi praticamente amordaçada pelos órgãos de repressão e censura do governo.

A ATUAÇÃO DA REPRESSÃO CONTRA A MILITÂNCIA EM MANAUS

A repressão desenvolvida pelo regime militar abrangeu todo o país principalmente nas suas capitais. As forças armadas trabalhavam em conjunto com as forças auxiliares, que são as polícias Militar, Civil e Federal. No estado do Amazonas, a execução do autoritarismo ditatório era realizada principalmente através do Comando da Polícia Militar do estado, nesse período sob o comando do Coronel Comandante Mário Parelló Ossuosky.

A polícia atuava no intuito de reprimir qualquer ação que viesse a perturbar a ordem pública com posturas e ideologias subversivas e comunistas, coibir as atitudes que

³ O Decreto-Lei 898 de 29 de setembro de 1969, que vinculada à lei da imprensa tornava a divulgação de críticas às autoridades atitudes subversivas.



viesses a desafiar e criticar os governantes ou o regime militar. Aqueles que se enquadravam nesse perfil eram conduzidos ao comando da Polícia Militar para averiguações, interrogatórios e instauração de inquérito, caso fosse constatado alguma participação do indivíduo detido com movimentos contrários ao governo, de cunho subversivo ou grupos de ideologia comunista.

A militância manauara possuía uma articulação bem estruturada. Os grupos eram beneficiados por assessoria jurídica e advogados que também militavam contra o regime e que atuavam para a liberação imediata dos indivíduos detidos. Segundo os relatos da fonte utilizada, um dos principais advogados que apoiavam o movimento de militância era Félix Valois Coelho Junior, que amparou diversos militantes que foram presos, trabalhando para que o tempo de permanência desse militante nas delegacias, quartéis ou no comando geral fosse mínima.

A repressão atuava na cidade de Manaus em dois eixos: Ações e inteligência. A polícia militar atuava com a execução dos procedimentos, e a Polícia Federal com a responsabilidade pelas investigações e censura.

A Polícia Federal trabalhava principalmente na identificação e localização dos líderes dos movimentos de militância. Baseava-se primeiramente na observação das ações dos militantes, naqueles que mais se destacavam na postura de liderança, nos discursos, ou mesmo aqueles apenas suspeitos de subversão, o que fazia com que muitos acreditassem que a polícia em muitos casos agisse por intuição.

A partir daí começava o trabalho de perseguição aos culpados. A polícia Federal montava operações de investigação para observar e seguir pelas ruas da cidade os supostos líderes de movimento e militância.

Esse tipo de ação adotada pela polícia local conseguia localizar com êxito algumas lideranças dos movimentos contrários ao regime, e também de certa forma, intimidar os militantes em suas ações, além de causar pressões psicológicas que poderiam ocasionar erros por parte dos militantes, que os denunciariam as autoridades. Todavia, essas posturas de investigação adotadas pela repressão proporcionaram aos militantes a elaboração de estratégias que asseguravam que as reuniões e encontros utilizados para elaborar pautas de manifestações e medidas adotadas pela militância contra o governo, não seriam descobertas pelos órgãos de repressão da ditadura. Um exemplo dessas medidas era a tática que utilizava militantes constantemente seguidos pela polícia como “iscas” para afastar os repressores dos locais de reuniões.



.... Sabendo disso, começamos a usar essas perseguições como estratégia, quando eles me seguiam eu os levava para um lado, e os nosso grupo se reunia em outro local. (ELIEZER FAVACHO DA ROCHA, militante, 2013)

Muitos militantes e estudantes foram detidos nas delegacias e quartéis da cidade de Manaus durante os anos 70, principalmente na primeira metade da década, sendo esta época considerada os “anos de chumbo” da ditadura militar no Brasil. Em contrapartida, grande parte das pessoas detidas foi libertada por falta de provas. De certa forma, a polícia trabalhava com um sistema de intimidação, antes de qualquer comprovação que caracterizasse o descumprimento da legislação vigente. Outro exemplo bem marcante dessa postura por parte das autoridades é o caso de Arlindo Porto, que era deputado estadual durante o período, teve seu mandato cassado e ficou 128 dias preso no 1º Batalhão de Infantaria na Selva (1º BIS), sendo libertado por falta de provas.

Durante o andamento da pesquisa para elaboração desse texto não encontrei nenhuma fonte que tenha sido torturada, ou algum relato de morte ou desaparecimento na cidade de Manaus, apenas comentários da população da época que se praticava torturas no Comando Geral da Polícia Militar, mas nada que possua um testemunho mais específico.

O POSICIONAMENTO DA SOCIEDADE MANAURA EM RELAÇÃO À MILITÂNCIA E A REPRESSÃO

Não é nem um tanto falacioso afirmar que a sociedade civil brasileira apoiou o golpe militar de 64, sendo que, já se havia criado uma mentalidade social de aversão ao comunismo, que há muito se espalhava pelo mundo, ganhando força em vários países da América Latina. Contudo, quando a política brasileira começou a ser “militarizada”, através dos Atos Institucionais e da “legalização” da repressão, indo contra os interesses das classes dominantes e da parcela da população pertencente à classe média, que apoiou o golpe, houve um pequeno apoio a militância por parte de alguns setores da sociedade.

A grande massa que formava a sociedade manauara durante a década de 70, sempre se manteve alheia diante da opressão proporcionada pelo regime militar, seja devido o distanciamento das regiões Sudeste e Sul, pela limitação das informações vinculadas pelos meios de comunicação, que eram censuradas pelo regime, ou por



mudanças significativas que ocorreram na cidade, proporcionadas pelo governo militar como a implantação da Zona Franca de Manaus.

De certa forma a sociedade manauara não estava atenta à repressão que o governo militar desencadeou na cidade, perseguindo os grupos militantes que se opuseram a ditadura, utilizando de métodos violentos e abusivos.

A sociedade manauara não conseguia alcançar a totalidade do que significava a repressão e a ditadura no Brasil. A mentalidade das grandes massas estava pautada no pressuposto que o comunismo seria algo prejudicial ao país, sendo este visto como algo errado, até mesmo imoral por parte de certos pensamentos desenvolvidos a base do senso comum. Até mesmo devido o fato dos pensamentos revolucionários de esquerda aparecer para essa sociedade disfarçado, nas entrelinhas de manchetes, nas letras de músicas e outras manifestações que eram as únicas maneiras de passar pela censura sem maiores represálias para com os seus idealizadores.

A percepção e a indignação contra a repressão vinham por parte daqueles mais apurados intelectualmente, dos cidadãos mais politizados ou daqueles que eram envolvidos com os movimentos de militância, sendo eles partidários, estudantis ou sindicais direta ou indiretamente. Era muito comum encontrar militantes que passavam despercebidos dentro de suas próprias famílias, se deparando com familiares favoráveis ao governo empreendido pela ditadura militar, ou até mesmo familiares que exerciam a função de militares, avessos a movimentos revolucionários de qualquer origem.

A militância e os movimentos de resistência contra a repressão não eram aceitos com louvor pela sociedade manauara. Pelo contrário, os militantes eram marginalizados e rotulados como baderneiros. Aqueles que buscavam acabar com a paz e a ordem pública e instaurar um regime de terror, o demonizado comunismo. Até mesmo quando as reivindicações das manifestações não contemplavam exclusivamente apenas a repressão, eram reivindicações por aumento salarial, aumento em tarifas de ônibus, por exemplo, a militância era vista como algo prejudicial à sociedade.

Entretanto, existiam setores da sociedade que apoiavam e ajudaram significativamente os movimentos de militância. A igreja católica era uma das instituições que apoiaram o golpe militar, depois, muitos militantes foram oriundos da igreja, principalmente na região sudeste.

Em Manaus, frei Fulgêncio Monacelli, responsável pela igreja de São Sebastião foi um grande colaborador da militância manauara. Quando ocorria alguma manifestação no centro da cidade, a polícia dispersava a multidão de forma truculenta.



Diversas vezes, o frei escondeu militantes que fugiam da violência policial. E sua contribuição vai além, em algumas ocasiões cedia espaços da igreja para reuniões dos grupos que atuavam na cidade. Essa iniciativa não foi exclusiva de Frei Fulgêncio, muitas igrejas cediavam espaços para os grupos de militância pudessem realizar suas reuniões e planejar suas ações. Alguns desses grupos surgiram dentro da própria igreja.

A militância manauara tinha então que combater a repressão da ditadura, convivendo com os riscos de prisão, tortura, e morte através das ações deliberadas pelo regime militar. Além disso, enfrentar a reprovação da sociedade, que marginaliza e condenava as ações dos grupos atuantes na cidade. Na verdade, esses grupos apenas queriam livrá-la de um autoritarismo que proporcionava condições desiguais para aqueles que a formavam.

CONCLUSÃO

Por ser um tema bastante contemporâneo, a historiografia acerca da participação da cidade de Manaus, nos eventos referentes ao período da ditadura militar possui uma lacuna que produzem várias inquietações nos estudiosos sobre o referido tema. Essa escassez de estudos, sejam devidos a precariedade de fontes documentais, ou na não elaboração de trabalhos mais aprofundados, no que diz respeito a participação dos estados do Norte do país no processo da ditadura, conduz a ideia de que não houve uma participação significativa da sociedade Amazonense na política do Brasil durante esse período.

Através dessa pesquisa percebemos que a política do Estado do Amazonas estava totalmente inserida no contexto que se passava nas outras regiões do Brasil, sendo que, havia lideranças que faziam prevalecer às leis e atos institucionais criados para legitimar o poder dos militares na condução do país. A repressão contra manifestações populares, disseminação de ideias comunistas ou qualquer tipo de comportamento que fosse caracterizado como subversivo, que instigasse a desordem e qualquer tipo de crítica ou enfrentamento em relação ao regime militar, assim como a censura implantada nos meios de comunicação era conduzido pelos órgãos responsáveis, da mesma maneira característica das outras regiões do Brasil.

Com a mesma convicção de que a repressão agia com toda sua força na cidade de Manaus, a pesquisa mostra que existia uma resistência que emanava dos anseios da sociedade, organizada através de militância, sendo ela de origem dos movimentos



estudantis, de participação partidária remanescentes da representação de partidos de esquerda no Amazonas, dos sindicatos politizados ou de pessoas influentes na sociedade manauara que não concordavam com o regime autoritário desenvolvido pela ditadura militar.

Percebe-se através da pesquisa que a sociedade amazonense, no que se refere a grande massa, não conseguia perceber a condição de subjugado e oprimido que o regime militar condicionava o país para a perpetuação da sua dominação. Essa condição só era percebida por grupos mais politizados ou intelectualmente desenvolvidos, que já possuíam um status bem mais crítico dentro da sociedade manauara, que eram os jornalistas, advogados, médicos, religiosos, dentre outros. Conclui-se também que a sociedade amazonense via a militância que atuava contra a repressão, como um movimento marginalizado, que queria causar a desordem e o caos na cidade de Manaus. Essa militância era apoiada por minorias, mas atuava de forma estratégica, e totalmente articulada para deliberação de ações que buscavam enfraquecer o regime, protestar contra a repressão e criar frente de reivindicações para melhoria da sociedade não só no que se referia ao regime militar, mas em lutas como campanhas salariais dos sindicatos, melhores condições dos serviços básicos como saúde, transporte, educação e saneamento básico.

Conclui-se por fim que a militância na cidade de Manaus, como em outras capitais do país, foi fundamental para o enfraquecimento do regime e a consolidação dos direitos do cidadão brasileiro usurpados pelo golpe militar de 1964. Contudo, percebe-se que os militantes líderes de movimento ganharam prestígio e status com base nas lutas travadas contra as arbitrariedades e o autoritarismo provocado pelo regime militar e depois da queda do regime conseguiram chegar ao poder. Hoje, os militantes de outrora formam a base dos grupos políticos que há muito dominam a política no Estado do Amazonas, muitas vezes contrariando tudo aquilo pelo que lutaram no passado.

FONTE

ROCHA, Eliezer Favacho Da. *Entrevista gravada e transcrita com base em um roteiro estruturado*, de acordo com as normas científicas e metodológicas, realizada no dia 18.10.2013 às 20:00 hs.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMADO, Janaína. FERREIRA, Marieta de Moraes. (Orgs.). **Usos e abusos da História Oral.** – 5º ed. – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

ALBERTI, Verena. **Fontes Orais: Histórias dentro da História.** IN: PINSKY, Carla Bassanezi. (Org.). *Fontes Históricas.* São Paulo: Contexto, 2008. p.166.

ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. **Brasil: Nunca mais.** Rio de Janeiro: Vozes, 1985.p. 146.

CARDOSO, Ciro Flamarion. VAINFAS, Ronaldo. (Orgs.). **Novos Domínios da História.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

GABEIRA, Fernando. **O que é isso companheiro?** Curitiba: Companhia de Bolso, 2011.

GROPPO, Luís Antonio. **1968 Retratos da Revolta Estudantil no Brasil e no Mundo.** – 1º ed. – Piracicaba, SP: Biscalchin Editor, 2008. p.88.

LAKATOS, Eva Maria. MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos da Metodologia Científica.** – 7ºed. – São Paulo: Editora Atlas, 2010.

VALLE, Maria Ribeiro Do. **1968 O Diálogo é a Violência - Movimento Estudantil e Ditadura Militar no Brasil.** – 2º ed. – Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2008.